

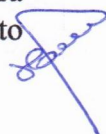


ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

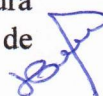
ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 8º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER SOBRE O “PROJETO DA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA O EXERCÍCIO ANUAL 2025”, REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo, 1º Secretário. Compareceram a esta Audiência Pública os Vereadores: Decilânio Cândido da Silva (REPUBLICANOS), Emanuel Rodrigues de Araújo (REDE), Josmá Oliveira da Nóbrega (MDB), Severino Fernandes Filho (REPUBLICANOS), Marco César Sousa Siqueira (PSB), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS). Não se fizeram presentes os demais Vereadores e Vereadoras: Cicera Bezerra Leite Batista (PSB), David Carneiro Maia (REDE), Fernando Rodrigues Batista (PSB), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (MDB), João Carlos Patrian Junior (MDB), José Gonçalves da Silva Filho (PC do B), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS) e Willami Alves de Lucena (PSB). Compareceu à presente Audiência Pública a Senhora Clair Leitão, contadora do Município; a Secretária de Controle Interno da Administração Municipal, Pollyanna Guedes; o Secretário Executivo de Articulação Social, Sávio Salvador; o membro da Ouvidoria da Câmara, Suedson Medeiros e, representando a Sociedade Civil Organizada, a pastora Joana D'arc. A Senhora Presidente declarou aberta a Audiência: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos.” Com a palavra, após cumprimentar a todos, o 1º Secretário fez a leitura do dia: “ESTADO DA PARAÍBA. MUNICÍPIO DE PATOS. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). REQUERIMENTO Nº 1088/2024 – SOLICITA DA MESA DIRETORA AGENDAR AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 06 DE NOVEMBRO, ÀS 19H, PARA DEBATER A LOA 2025 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Na Forma Regimental, depois de consultado o Plenário, requero da Mesa Diretora, agendar audiência pública, para o dia 06 de novembro, às 19h, para debater a LOA 2025 – orçamento participativo. JUSTIFICATIVA: Satisfeitas as formalidades regimentais, requer-se aprovação em plenário para a realização de audiências públicas em 06 de novembro de 2024, às 19 h, para que, na oportunidade, seja apresentado à sociedade a LOA (Lei Orçamentária Anual) 2025, de acordo com o calendário de discussão e votação do orçamento do Município de Patos, para o exercício financeiro de 2025. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. EM, 29 DE NOVEMBRO DE 2024. Valtide Paulino Santos – Vereadora/Autora.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna a

contadora do Município de Patos-PB, a senhora Clair Leitão, que após os cumprimentos de praxe, disse: “Para aplicação em educação, os vinte e cinco por cento de impostos e transferências. Nós temos que prever recursos para aplicação em saúde, quinze por cento de impostos e transferências, que são princípios constitucionais e que devem conter na LOA. Devemos prever elementos para pagamentos de servidores municipais e seus encargos; devemos prever recursos para gastos com prestação de serviços, tanto de pessoas físicas como pessoas jurídicas, para aquisição de materiais, para construção de obras, para aquisição de equipamentos, para aplicação dos recursos dos programas, tanto da assistência social como do FNDE, como do SUS. Enfim, nós temos um rol de despesas que devem estar fixadas, mediante aquela receita que foi prevista, dentro dos parâmetros constitucionais. Então, de posse dessas informações, a gente monta essa peça, que os senhores terão oportunidade de avaliar de analisar, e nós encaminhamos. Depois que a gente elabora o projeto de Lei Orçamentária, a gente encaminha ao Tribunal de Contas, porque é uma exigência, o Tribunal acompanha todo esse processo, desde a elaboração até a sanção da lei, e aí os senhores irão analisar e, depois, vão aprovar o Projeto de Lei Orçamentária. E após a aprovação do Projeto de Lei, geralmente, no mês de janeiro, a gente publica o CMD e o MBA. O CMD é o Cronograma Mensal de Desembolso, que também é obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e publicamos também o MBA, que é o Metas Bimestrais de Arrecadação. Então, também a gente tem que cumprir essas regras. E aí vamos partir para execução orçamentária. Então, o município vai arrecadar, vai aplicando seus recursos e o orçamento vai tendo a sua finalidade. E a gente observa os serviços que são executados, a sociedade pode acompanhar. Quando eu digo que o orçamento é peça fundamental, é porque através dele que a sociedade acompanha a realização dos serviços. E aqui, como contadora do município, eu tenho uma satisfação imensa de dizer que no ano de 2005, quando eu assumi a contabilidade do município de Patos, o orçamento de Patos, eu não vou dizer exatamente o valor porque não me recordo, mas eu me lembro que era na cifra de trinta e quatro a trinta e cinco milhões de reais, isso em dois mil e cinco. Hoje o orçamento está pra mais de meio milhão de reais, então nós vemos que houve um super avanço um super desenvolvimento da nossa cidade, e a gente fica muito feliz com isso, Patos se destacando na Paraíba toda, no Brasil todo estamos sendo conhecidos, então é uma satisfação grande pra gente. Então, o orçamento é uma peça importante, e um fator preponderante da Lei Orçamentária Anual é que existe espaço para participação popular, porque antes da gente elaborar o orçamento que está aqui na Câmara, a gente ouviu a população, através de consultas públicas, e aquelas consultas públicas, foram eleitas as que são mais relevantes, as prioridades, e foram elencadas dentro da peça orçamentária. Não é uma peça de ficção, a gente não faz o orçamento que seja uma peça de ficção, não. Além dele contemplar o plano de governo do gestor, contempla também os anseios da sociedade, através da participação popular. E agora como Patos, o orçamento passou a incluir as emendas impositivas, então os senhores vereadores têm a oportunidade de indicar recursos que os senhores são cobrados pela população. Então isso é algo fantástico. São poucos municípios que fazem isso, Patos está na vanguarda, porque eu sou contadora de grandes municípios como: Campina Grande, Cajazeiras, Pombal e Patos se destaca nessa questão das emendas impositivas. Cajazeiras eu não vejo, apesar de ter na lei, mas nunca foi aplicado porque a forma como as emendas chegam não é feita de acordo com a legislação, são emendas inexecutáveis, e toda vez elas são afastadas. Campina Grande está tentando implantar, ainda está uma confusão meio grande, esse ano de dois mil e vinte quatro foi uma celeuma muito grande, a Câmara querendo implantar as emendas impositivas, mas, por conta de não seguir o rito



legislativo, terminou sendo não incluída no orçamento, porque eles alteraram a LDO e eles não tinham prerrogativas pra isso; a alteração da LDO é prerrogativa do Executivo e não do Legislativo. Então, por essa razão, ficou prejudicada a questão das emendas impositivas na Câmara de Campina Grande. Então, assim, quando se tem as emendas é uma oportunidade de o vereador mostrar para aquelas pessoas que procuram, que pedem o seu apoio, eles incluírem recursos destinados aquelas demandas que eles são procurados pela população. Então, como é que se processa a execução orçamentária? Tem que seguir um ritual legislativo, toda despesa tem que ser verificada se existe dotação orçamentária para isso, eu já expliquei; tem que ter o recurso específico para o gasto da despesa, as fontes de recursos, os elementos de despesas, enfim, têm uma série de requisitos de legislação para poder executar o orçamento, e ainda cumprir aqueles mandamentos constitucionais que são obrigatórios. Na Lei Orçamentária tem vários anexos, tem os anexos de receitas, tem os anexos de despesas, tem o quadro de detalhamento da despesa, porque é o relatório minucioso que tem dentro do orçamento e que os senhores vereadores podem identificar mais detalhadamente as ações; tem alguns comparativos de arrecadações de exercícios anteriores, tem os três últimos exercícios; tem autorização para suplementação. E aqui eu quero esclarecer um ponto, que é importante, a questão da suplementação. Eu sempre sou convidada a participar de audiências em Câmaras para, vamos dizer assim, debater assuntos ligados à abertura de créditos adicionais. E os créditos adicionais, está previsto na Lei nº 4.320/1964, que está em pleno vigor, no artigo 43, trata sobre os créditos adicionais. Então, os créditos adicionais são constituídos de créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários. Os suplementares são aqueles créditos que a própria Lei Orçamentária autoriza suplementar, e é de uma relevância imensa, por quê? Porque o orçamento, por mais que a gente procure seguir, fazer um planejamento, sempre haverá necessidade de suplementar, porque existe uma oscilação de arrecadação. Por exemplo, vou citar aqui o FUNDEB, quando a gente faz o orçamento, não tem o valor exato da arrecadação exata do valor do FUNDEB do ano seguinte. Nós não temos. Então a gente toma por base a previsão do exercício em que a gente está elaborando, porque a arrecadação do FUNDEB pode variar de acordo com a matrícula existente no município. Então, se a matrícula no ano de 2025 for elevada, então o município vai receber mais recurso do FUNDEB. Então aquela previsão que fizemos na lei, com base no FUNDEB de 2024, vai ser alterada. E para poder gastar, se eu previ um milhão do FUNDEB, mas vai entrar um milhão e duzentos, então esses duzentos mil eu vou precisar suplementar para poder gastar o recurso. E é aí onde entra aquela autorização, que a gente sempre coloca na lei orçamentária. Às vezes, ao longo do caminho, vamos dizer, o município recebe um recurso que não esperava receber, uma emenda parlamentar, então a gente já tem a dotação no orçamento, porém, o valor que está lá é um valor que foi previsto um valor menor e o valor veio a maior, então a gente tem necessidade de suplementar. E ali a gente vai fazendo aquele controle orçamentário e, às vezes, chega perto do final do ano, que a gente tem necessidade de solicitar mais recursos para suplementar. Isso não quer dizer que não é falta de planejamento? Não, não é falta de planejamento, isso é de acordo com a execução ao longo do exercício, porque receitas novas podem surgir, e elas surgindo têm a necessidade de suplementar, se houver dotação no orçamento. Se não houver, aí é onde entram os créditos especiais, que eu já expliquei, que é um tipo de crédito adicional. O crédito especial é quando não tem a dotação no orçamento. E ainda tem os créditos extraordinários, que a gente utilizou muito na época da pandemia. Pode verificar que, nesses dois últimos anos, não houve abertura de créditos extraordinário. O crédito extraordinário é quando se tem a necessidade de

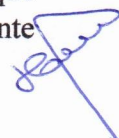


parlamentares, terminou sendo não incluída no orçamento, porque eles alteraram a LDO e
eles não tinham prerrogativas para fazer a alteração da LDO, é prerrogativa do Executivo e
não do Legislativo. Então, por esse razão, ficou proibido de a questão das emendas
impostas na Câmara de Campinas Grande. Então, se não, quando se tem as emendas,
uma oportunidade de o Vereador mostrar para aqueles pessoas que procuram dele, porém
o ser pelo, eles também tem os deslizados aqueles demandas que eles não pagam, não
pela população. Então, então, a necessidade a execução, o pagamento, é um que segue
um ritual legislativo, não depende tanto que se verifique se existe dotação orçamentária
para isso, ou se explicar, tem que ter o recurso, especificação para o gasto, de despesa, e
fontes de recursos, os elementos de despesas, então tem uma série de requisitos de
legislação para poder executar o orçamento, e ainda cumprir alguns procedimentos
constitucionais que são exigidos na Lei de Orçamento, tem vários anexos, tem os
anexos de receitas, tem os anexos de despesas, tem o quadro de distribuição de recursos,
portanto o relatório ministerial que tem dentro do orçamento e que os Vereadores, Vereadores
podem identificar quais detalhadamente os anexos, tem alguns complementos de
anexos de despesas de recursos, também tem vários outros anexos, tem autorização para
suplementação, então, em uma reunião, um ponto que é importante, a questão de
suplementação, foi sempre ser considerada, porque de audiência em Câmara para
crédito adicional, está previsto na Lei nº 4.320/1964, que está em pleno vigor, no artigo
13, trata sobre os créditos adicionais. Então, os créditos adicionais são constituídos de
créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários. Os suplementares
são aqueles créditos que a Lei nº 4.320/1964 prevê, a Lei de Orçamento suplementar e é de uma
relevância imediata, por que, porque o orçamento, por mais que a gente procure seguir,
fazem um planejamento, sempre haverá necessidade de suplementar, porque existe uma
oscilação de arrecadação. Por exemplo, vou citar aqui o FUNDEF, quando a gente faz o
orçamento, não tem o valor exato da arrecadação, existe o valor do FUNDEF, de ano
anterior. Nós não temos, então a gente tem por base a previsão de exercício em que a
gente está elaborando, porque a arrecadação do FUNDEF pode variar de acordo com a
maneira existente no município. Então, se a maneira no ano de 2025 for elevada, então
o município vai receber mais recursos do FUNDEF. Então, após a previsão que fizemos
na Lei, com base no FUNDEF de 2024, vai ser alterada. E para poder gastar se eu previ
um milhão do FUNDEF, mas vai chegar um milhão e quinhentos, então vou fazer mais
em um processo suplementar para poder gastar o excesso, e é aí onde entra aquela
suplementação, que a gente sempre coloca na Lei Orçamentária. Aí, então, ao longo do
exercício, vamos dizer, o município recebe um recurso que não esperava receber, uma
certa parlamentares, então a gente já tem a dotação no orçamento, porém, o valor que
está lá é um valor que foi previsto um valor menor e o valor veio a mais, então a gente
tem necessidade de suplementar, é aí a gente vai fazendo aquele controle orçamentário
e, ao fazer, chega perto do final do ano, que a gente tem necessidade de solicitar mais
recursos para suprir, então não quer dizer que não a falta de planejamento. Não, não
é falta de planejamento, não é de acordo com a execução ao longo do exercício, porque
recursos novos podem surgir, e está surgindo tem a necessidade de suplementar se houver
dotação no orçamento. Se não houver aí é onde entram os créditos especiais, que eu já
expliquei, que é um tipo de crédito adicional. O crédito especial é quando não tem a
dotação no orçamento. Então tem os créditos extraordinários, que a gente utiliza muito
na época da pandemia. Não, verificar que, nos dois últimos anos, não houve abertura
de crédito extraordinário e quando se tem a necessidade de

fazer um gasto, e mediante a situação de calamidade, de emergência, abre-se o crédito extraordinário e, depois, comunica ao Poder Legislativo. Então esses são os tipos de créditos adicionais previstos na legislação e que na Lei Orçamentária, quando a gente encaminha, já pedimos autorização para suplementar ao longo do exercício. Então é importante que todos saibam o que significa isso, porque muitas vezes a gente pede um Projeto de Lei, e eu já ouvi alguns vereadores, não foi aqui em Patos que eu ouvi isso, eu nunca ouvi isso aqui em Patos: 'e a gente vai dar dinheiro para o prefeito?', quer dizer, eles não compreendem o que é um crédito suplementar, acham que autorizando um crédito suplementar está dando dinheiro para o prefeito. Não compreendem a legislação. Isso aqui nunca aconteceu em Patos, mas é bom que a gente esclareça o que significa o crédito adicional para que a população, a sociedade, entenda como é o processo orçamentário. E aí, temos depois de tudo que já falamos aqui, que o orçamento é um levantamento de receitas, uma estimativa, pode ocorrer e pode não ocorrer, é uma fixação de despesa, que só pode ser executada se tiver prevista lá e autorizada e aprovada pelo Legislativo. Depois que a gente faz tudo isso, aí vem o exercício, o gestor gasta o recurso, aplica o orçamento, aí o que é que vem depois disso? A prestação de contas. E aí é onde entra a Câmara, onde entra a sociedade, onde entram os tribunais de contas, que é o controle externo, na fiscalização desses recursos. E o Tribunal de Contas é um órgão de apoio do controle externo, que é um órgão de apoio à própria Câmara, que analisa, com seus técnicos, toda a execução da despesa, toda a execução do orçamento, e ele vai dar, no final, um parecer de aprovação ou não. Quando ele aprova, então ele analisou toda a peça orçamentária dentro da legalidade, seus gastos, sua aplicação de recursos de conformidade com a legislação, porque tudo tem que respeitar o princípio da legalidade. Ao final, o Tribunal dá um parecer e recomenda à Câmara, aí a Câmara vai também dar o seu parecer, se vai aprovar o parecer do Tribunal de Contas ou se vai rejeitar. É muito difícil a gente ver uma Câmara rejeitando um parecer do Tribunal de Contas quando ele vem favorável. Porque para rejeitar um parecer do Tribunal de Contas precisa que a Câmara demonstre, de todas as formas, que o Tribunal errou, que o Tribunal não analisou corretamente, quando a gente sabe que o Tribunal de Contas tem seus técnicos, tem seus assessores, e aí a Câmara vai analisar, ao final aprova ou reprova. Mas o importante é que o orçamento chega a esse estágio de prestação de contas, de aprovação pelo Legislativo e pelos órgãos de controle. E aí a gente vai vendo a transformação que ocorre no município por conta de um orçamento. Então essa é a minha participação, eu estou aqui também à disposição para perguntas, se quiserem perguntar alguma coisa. E muito obrigada por esse momento aqui com os senhores." A Senhora Presidente registrou as presenças de: Ricardo Wagner, advogado da Ordem dos Pastores e região; Pastor Francimar Nazaro; Pastor Antônio Gomes Filho; Pastor Hamilton da Costa Silva; Pastor Alexandre Costa; Pastor Sandro Paiva, dos Seminaristas concluintes do curso de Teologia: Francisco Sales, Artur Maximiliano, Yan Silva e Milton Neto. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o senhor Sávio Salvador. "Boa noite a todos, boa noite a todas. É com imensa alegria que eu estou aqui hoje. Recebi o convite desta Casa, em nome da nossa presidente Tide Eduardo e todos os vereadores também, que fazem essa casa. Eu quero agradecer de estar aqui dando satisfação pública a nossa sociedade nesta Casa, que reverbera o desejo do povo de Patos, e apresentar, mais uma vez, o orçamento participativo que tem várias vertentes e que, graças a Deus e ao nosso prefeito Nabor Wanderley, com a liberdade que nos deu para trabalharmos, e com a equipe da Prefeitura, com todas as secretarias, com todos os envolvidos no estudo e na construção e na escuta popular, que nós fazemos na nossa cidade, nós conseguimos chegar ao quarto

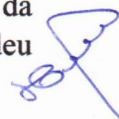
ano, um ano de grandes vitórias, de grandes transformações, mais um ano aonde a gente estratifica tudo aquilo que a gente construiu nesse tempo, onde o Prefeito vem construindo todo o cenário da nossa cidade, tudo o que a gente avançou nesses últimos tempos. Quero aqui aproveitar e abraçar a minha companheira e secretária Pollyanna, que é uma das grandes figuras e pessoas que vêm também nos orientando e trabalhando com a gente o orçamento da cidade; Clair Leitão e toda sua equipe, que direciona e nos ajuda a transformar no quadro e detalhamento despesa o desejo da população; Pastora Joana, que é uma pessoa que tem o meu coração e da minha família, e que está junto com a gente orando e orientando, também e participando de tudo aquilo que é desenhado no orçamento participativo da cidade. E abraçar todos que nos escutam, através das redes sociais, e todos que se fazem presentes aqui nessa noite. Inclusive, aproveitando, antes que eu esqueça, Presidente, as orações de tantos pastores que estão aqui hoje, pra nós que fazemos e representamos tanto a cidade, como os nossos vereadores, mais oração também para aqueles que fazem o Executivo da nossa cidade. Porque aonde o justo governa a gente sabe que a cidade e que o povo não sofre. Então, a gente pede oração pra todos aqueles que fazem o poder público da nossa cidade. Mais aproveitando pra falar um pouco do que foi o orçamento participativo na nossa cidade esse ano, o quarto ano, fazer um relato rápido. Primeiro ano, a gente teve aquela saída da pandemia, e na saída da pandemia, a gente apenas espalhou na cidade os formulários com ousadia, porque seria a primeira vez e, através de formulário, conseguimos chegar a um número satisfatório da população. No ano seguinte, conseguimos fazer o orçamentinho participativo, que é uma escuta popular que a gente escuta crianças na primeira infância, pra extrair delas o desejo delas pra o hoje e pra o futuro delas, para o que elas pensam. E é uma experiência fantástica, que nós estamos no terceiro ano escutando as crianças, que esse ano nós escutamos crianças de três a oito anos de idade, a primeira infância, e com isso conseguimos encaminhar o relatório para o Prefeito Nabor, em que ele pudesse tirar da opinião dessas crianças algo fantástico, onde elas apontam, desde seu primeiro ano, onde elas começaram a participar do direcionamento do orçamento da cidade de Patos, falando sobre calçamento de ruas, sobre a iluminação pública, é uma experiência fantástica, sobre alimentação, sobre hospitais, sobre a segurança alimentar, mas ao mesmo tempo a segurança pública. Então a experiência que a gente vem recebendo dessa escuta popular, através das crianças, é fantástica, e com isso a gente consegue fazer com que a participação popular seja real, e a construção da cidadania seja efetivada desde desse período da criança, que tem de três a oito anos, até os idosos, na participação quando a gente chama carinhosamente do orçamentão. Esse ano também, Presidente, além do NUCA, que é o núcleo de cidadania do adolescente, que a escuta continua acontecendo também com os adolescentes, quer dizer, a gente começa com orçamento escutando as crianças da primeira infância, passa para os adolescentes e, esse ano, nós começamos a fazer a AP jovem, onde a gente começou a escutar jovens de 18 a 29 anos, também para que eles pudessem participar mais efetivamente da construção da peça orçamentária de 2025, agora no ano 2024. E fizemos também a plenária do orçamento participativo, que este ano foi no Fórum Municipal, onde nós conseguimos reunir conselhos de direitos, associações urbanas e rurais, toda a nossa população, onde ela pode também apontar os desejos e os anseios das suas comunidades. Eu sei que eu estou falando rápido, mas eu acredito que aqui todo mundo sabe, ou todo mundo pensa, quando está assistindo um jogo de futebol da seleção Brasileira, do Flamengo, do Vasco ou de qualquer outro time, e a gente começa a querer opinar e dizer o seguinte: 'rapaz, esse cara não era para estar aí, era pra trocar por fulano, se eu estivesse lá eu tinha feito o gol'. Esse é o motivo da

vontade que a gente tem de transformar um jogo de futebol, e a gente precisa ter essa vontade de participar do que a gente faz na cidade, do que a gente quer pra nossa cidade. Porque é muito fácil, depois que está pronto, começar a apontar, e dizer o seguinte: 'se eu fosse secretário eu não faria isso, se eu fosse o prefeito eu não faria isso'. Mas porque eu estou aproveitando esse momento? É o quarto ano do mandato do Prefeito Nabor, é o quarto ano que eu estou como secretário, como articulação social, e hoje relação institucionais, e aí é o quarto ano dos vereadores desta Casa, homens e mulheres honrados, que têm trabalhado dia a dia, noite a noite, para poder fazer para que nossa cidade cresça ainda mais, que a gente consiga atrair novos empregos, para que a gente consiga fazer novas obras, para que a gente consiga abrir novas salas de aulas. E eu sei que a Câmara faz esse trabalho muito bem feito, eu sei quem são vocês, eu sei o papel que vocês têm jogado, nós sabemos. Eu estou aproveitando esse momento, porque eu lembrei que muita gente está nos assistindo pelas redes sociais, e eu peço para que você, na hora que deseja algo para sua casa, você deseja algo para sua comunidade, você aproveita os vereadores que você tem, aproveita esta Casa que você tem, e aproveite esse mecanismo, que o Orçamento Participativo. Esse ano você não consegue mais opinar através do Orçamento Participativo, mas ano que vem, independente do secretário que esteja, esse mecanismo vai continuar e deve ser bem mais elaborado, bem mais ampliado por quem quer que esteja na secretaria, que seja eu, que seja qualquer outra pessoa. Mas, dessa vez, a gente vai deixar pelo menos um relatório para nosso Prefeito Nabor e para a Câmara de Vereadores explicando o que foram esses quatro anos e também o que foi esse último ano, essa escuta popular; e é importante que fique, que perdure e amplie, e que você cidadão participe. Participe antes, porque é fácil cobrar dizendo o seguinte: 'Mas não tem isso que eu quero agora'. Mas tudo ao mesmo tempo agora, nem sempre tudo funciona, então participe do mecanismo que a Prefeitura, que o Poder Público, que a Câmara de Vereadores lhe dá, para que você aponte os destinos da cidade, principalmente no orçamento, porque é assim que a gente faz a diferença. A crítica a gente recebe, a gente escuta e a gente filtra para poder fazer o bem às pessoas, e isso aqui tem uma força muito grande. Clair, que me antecedeu, estava falando como é feita a peça orçamentária, e eu fico assistindo todas as vezes em que ela fala, às vezes vocês estão fazendo discussões aqui, e eu vou aprendendo, e eu acho bonito o parlamento, e acho bonito quem sabe a peça orçamentária tecnicamente falando, quando transforma o desejo da população no quadro de detalhamento de despesas. Então isso aqui é muito importante, por quê? Porque isso aqui vai definir quais são as ruas que a gente vai calçar na cidade. Isso aqui vai definir quais são os eventos que nós vamos fazer na cidade. E eu vou puxar uma discussão que é inerente a isso aqui, e que muita gente, às vezes, reclama, não participa: 'mas tem isso?'. Por exemplo, a participação gigantesca nas últimas plenárias de vários representantes religiosos, sejam do Candomblé, da Igreja Evangélica, do EJC da Igreja Católica, de várias representações, falando sobre isso, pedindo espaço, pedindo respeito e pedindo, muitas vezes, que seja apenas aberta discussão ou para que possam entrar e sair dentro do Poder Público, às vezes são coisas simples, e nós como cidadãos não prestamos atenção naquelas pequenas coisas e que, às vezes, a gente fecha as portas. E eu falo isso por mim, como secretário, responsabilidade minha, como secretário, e de às vezes não abrir as portas ou ouvido para essas pessoas e, às vezes, eu causo sabe o quê? E que eu sentei com algumas pessoas sobre isso, eu causo problemas psicológicos nessas pessoas, porque o poder público, às vezes, não se abre para ouvir a população. E aqui, na cidade de Patos, a gente fez o contrário, a gente conseguiu pelo menos de certa forma fazer isso, para que as pessoas começassem a sentir participes. Essa é a diferença, e a diferença que a gente

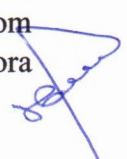


quis fazer nesse orçamento participativo de 2025, que a gente quis fazer do ano passado e nos anos anteriores, é ouvir a população. E aí, Presidente, eu peço apenas a Deus que continue abençoando a senhora e todos os seus colegas de parlamento, porque, durante todos esses anos, esse joelho se dobrou por vocês. Todos esses anos a única coisa que eu fazia, antes de vir para cá, era pedir para que Deus me desse sabedoria, palavras certas e que pudesse fazer com que vocês tivessem força para continuar. E é com essa gratidão que eu fecho as minhas palavras. Aí está o documento deste ano, um pequeno relatório sobre o que foi o orçamento e o orçamentinho, tanto AP Jovem também, mas isso é uma revolução, de escutar as crianças. Eu vou voltar a esta Casa, para pelo abraçar vocês num outro momento, mas para dizer obrigado de novo, porque eu sei que isso que foi plantado, eu fecho com uma palavra bíblica: 'Ensina a criança o caminho que ela deve andar e, no futuro, ela não vai se desviar dele'. Cidadania é muito importante, cidadania é nosso dever, e a gente fazendo isso e você fazendo isso, escutando e admitindo na peça orçamentária ano após ano, a gente vai continuar fazendo a diferença no nosso município. Muito obrigado. Peço desculpas se me empolguei um pouco, mas sobre o orçamento participativo, eu estou aqui para responder qualquer outra pergunta que queiram. E dizer que nos colocamos à disposição. Eu estava finalizando, mas preciso também fazer um registro, esse ano nós tivemos a participação nas plenárias do orçamento, tanto o orçamentinho quanto o orçamento, do secretário do orçamento democrático estadual, Júlio Caroé, que veio participar com a gente, porque o governo do estado e o governo federal começaram a falar sobre o orçamentinho em suas reuniões. E é algo que eles nunca tiveram notícias em canto nenhum com a estrutura e com a forma de escuta, porque, com isso, eles começaram a apresentar em Portugal um dos nossos relatórios, o relatório do ano passado do orçamentinho, e começaram a fazer uma discussão internacional sobre o orçamentinho. E isso é algo que nos coloca em outro patamar, é algo ainda embrionário, porque só são três anos, mas é algo que se a gente puder fazer um estudo científico, alguém que tiver disposto a trabalhar na elaboração disso ainda mais, eu acho que a gente vai poder avançar e ensinar muitos outros a escutar, porque, eu na rádio, uma vez falei Vereador Marco César, que normalmente a gente manda a criança calar a boca, o adulto diz; 'cala a boca, menino', e a gente tolhe da criança aquilo que ela queria nos ensinar, falar para a gente. A gente precisa escutar mais nossas crianças, e nos escutar, para que a gente possa continuar crescendo. Muito obrigado a esta Casa, muito obrigado ao prefeito Nabor, ao Prefeito Jacob, que está interinamente à frente da Prefeitura. E que Deus continue abençoando a todos nossos secretários da nossa cidade e a todos os vereadores." Com a palavra, Clair Leitão disse: "Eu quero fazer uma retificação, que eu estava tão empolgada que falei que o orçamento de Patos estava em mais de meio milhão, mas não é não, é meio bilhão, é quinhentos e cinquenta e quatro milhões, Só para retificar na Ata. Era só isso. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra Pollyanna Guedes, secretária do Controle Interno: "Boa noite a todos. É uma satisfação está aqui mais uma vez, o quarto ano consecutivo. Queria saudar a todos os presentes, aos vereadores, na pessoa da presidente Tide, e o pessoa da plateia, algumas que já conheço, o pessoal da Secretaria de Controle Interno está se fazendo presente também, que é quem nos ajuda nos bastidores, seu Edmilson, Patrícia e Cleber, obrigado pela presença. Vou falar rápido, só para reforçar a questão das emendas impositivas. E antes disso, e pegando a fala dos que me antecederam, tanto Clair como Sávio, da construção desse orçamento. Eu fui aluna recentemente do curso de aperfeiçoamento no Tribunal de Contas, que são seis meses, você faz o curso diretamente lá, e uma das atividades práticas era a LDO. Formavam-se os grupos, a gente selecionou Patos, e foi extremamente elogiado. E para

minha surpresa, quando a gestão envia para o Tribunal de Contas, lá tem um questionário, contem isso, contem previsão disso, daquilo, e Patos estava cem por cento, eu até falei para Clair: a gente foi bastante elogiado, porque a peça orçamentária estava totalmente de acordo com a lei. Nós fazemos essas audiências, as pessoas acham que é besteira, mas é uma condição legal, é uma exigência para que se comprove que isso realmente foi discutido, e estava eu e colega Sávio em várias, porque Sávio sempre teve esse cuidado em entrar em contato com Joelma, com Clair, comigo, e a gente sempre constrói isso juntos. E a gente não sabe o alcance que temos do ponto de vista do controle externo, que é o próprio Tribunal de Contas quem vai analisar essa peça orçamentária. E ainda a questão também, que foi super elogiado, reforçando, de Sávio, que é a do orçamentinho, Patos virou referência. Tivemos essa iniciativa do orçamentinho, de ir às crianças, nas escolas, ouvir o que elas estavam precisando na escola. Em relação às emendas impositivas, já estamos no quarto ano, fazendo essa emenda ao orçamento, continuamos lá na Secretaria, tirando todas as dúvidas, alguns assessores de vereadores já nos procuraram, muitos, eu acredito que já até protocolaram, e se alguém tiver alguma dúvida, a gente está sempre lá à disposição. Lembrando que a questão das entidades, todo mundo já sabe que tem aquele checklist, quem precisar pode solicitar. Inclusive, o Vereador Josmá solicitou agora, não repassei porque na hora aqui, não lembrei para quem mandei. Estou apenas com o celular, mas amanhã, na secretaria, a gente envia. E lembrando também dos eventos, que a questão das entidades é mais burocrática em relação à documentação, porque tem que atender a todas as exigências do mirosque, que é o marco do regulamentário das exigências da sociedade civil. E enquanto Controle, aplicando o orçamento, fiscalizando o orçamento, nós também fazemos a apreciação das contas dessas entidades, também em quesito as subversões sociais, que elas só podem receber, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por uma lei específica, que é aprovada aqui na Câmara. Então, todas as entidades que recebem subversões sociais, que é diferente de emendas impositivas, elas prestam contas, todos os anos, lá na Controlaria, que agora mudou a estrutura administrativa do município, agora o órgão é Controladoria Geral do Município. Para finalizar, como Clair bem pontuou, nós temos esse orçamento e, depois, de muita organização da própria gestão, do próprio prefeito Nabor, todas as subvenções são pagas em dia. Quando a gente assumiu a secretária, nós estamos no quarto ano, todo dia 10 todas as entidades estão recebendo. Então isso assegurou e também fortaleceu as entidades da sociedade civil, porque ela tem a garantia pela organização financeira do município e também contábil de poder assumir os seus compromissos, para manter suas atividades de contrapartida que o município repassa, bem como as das emendas impositivas, a entidades todas também prestaram contas, e todas estão recebendo. Todas receberam, nós temos o relatório, mostrando que quem atendeu os critérios também recebeu. No mais, agradecer e continuar à disposição para qualquer dúvida, como sempre lá na secretaria. Meu número mudou, desde maio, eu acho que algumas pessoas não tem, mas Tide tem, alguém aqui da Câmara que quiser pegar com ela ou comigo, aqui no final, pode ficar à vontade.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Pastora Joana**: “Boa noite a todos. Eu saúdo a Presidente da Casa, Vereadora Tide Eduardo, a todos os vereadores desta Casa do povo. Saúdo também aqueles do auditório, ao Pastor Edilson Bonciano, presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos da Ordem de Patos e região, estendendo essa saudação a todos os presentes. Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade que foi concedida a Ordem de Pastores para que pudéssemos fazer uso da tribuna, e é uma oportunidade de nós tiramos dúvidas, como pastores da cidade, e também externar os nossos pedidos também a esta Casa. A ordem que me deu



para usar essa tribuna, essa noite, em vista de uma situação ligada a um Projeto que foi criada nos 2000, pela missionária Fernanda, na época ela era missionária da Igreja Presbiteriana do Brasil aqui na nossa cidade. Ela trabalhou junto a igreja na evangelização das pessoas durante o período São João e, depois, passou a responsabilidade desse evento para a Ordem de Pastores. Eu estou falando aqui do Evento Jesus é Bom Demais, que foi criado pela missionária Fernanda, delineado por ela. Esse evento que uniu a comunidade Evangélica, que é em prol da evangelização e da realização de eventos com louvou, que tomou uma dimensão maior, evento para crianças, para jovens, para adultos, para casais, com caravanas vindas de diversas cidades, sendo, inclusive, reconhecido como evento cultural, duas leis, Projetos de Lei aprovado nesta Casa. A primeira Lei foi a 3.768/2029, e a segunda Lei nº 5.736, todos os dois Projetos foram do Vereador Sales, quando o evento entrou no calendário de eventos da cidade e na programação cultural da cidade, foi reconhecido como evento cultural. Nesse posto, a ordem de pastores vem solicitar desta Casa que voltem a ser destinados recursos para a realização deste tão grande evento, pois o último ano que houve destinação de recursos do município para o Jesus é bom demais foi o ano de 2019. Inclusive, eu estou aqui com a prestação de contas do evento em mãos, se os nobres vereadores quiserem, depois, darem uma olhada nessa prestação de contas. Pedimos pra que inserida na dotação orçamentária para 2025: LDO, PPA, LOA, o que houver possibilidade, mas que seja garantido, visto que já existe uma lei fazendo esse reconhecimento do evento Jesus é bom demais como um evento cultural da nossa cidade, e se tornou tradicional, não é verdade? Não alcançado não só a comunidade evangélica, mas a população como um todo. Então isso é o nosso pedido aos senhores vereadores, o nosso pedido não é um vereador, é a toda à Casa Legislativa, porque entendo que um evento dessa monta, que tem alcançado tantas pessoas, é de interesse desta Casa também, que ele receba os recursos devidos, para que possa continuar crescendo, primeiro, para glória de Deus, mas para alegria do município, para a alegria dos nossos cidadãos. Então esse é o nosso pedido. Também quero pedir aqui também ao nobre secretário Sávio Salvador, alguém do nosso coração, o pai dele foi o meu professor no curso da Polícia Civil, e, eu tenho muito carinho por você Sávio, você sabe disso, e pedimos o seu apoio à secretária Pollyanna, Clair, vendo como é que pode, mas que esta Casa se posicione a favor desse evento tão grandioso, como é o Jesus é bom demais. Esse pedido, eu só estou sendo a voz dos pastores da cidade, de uma parcela que está aqui representando a Ordem de Ministros Evangélicos, e queremos contar massivamente com o apoio desta Casa, para que esse evento volta receber os recursos para que ele continue crescendo, para a glória de Deus e para a alegria nossa. Então o nosso muito obrigado pela oportunidade.” A Senhora Presidente disse: “Queremos aqui fazer um comunicado, lembrando aos senhores Vereadores que as emendas impositivas tem até o dia catorze de novembro pra serem protocoladas nesta Casa, pra dá seguimento ao calendário que foi realizado. Queremos também, diante mão, agradecer a Pollyanna e toda sua equipe, que sempre tem feito esse apoio. Clair, sempre que precisamos de nossas emendas impositivas, Poliana se disponibiliza, e ela, juntamente com a equipe, pra dar todo esse suporte. Agradecer também ao escritório de Clair Leitão, que sempre que é preciso está dando o suporte necessário. E gostaríamos de passar aqui um vídeo sobre o orçamentinho que foi realizado. O secretário Sávio trouxe aqui um vídeo, e nós gostaríamos de apresentá-lo.” Após a exibição do vídeo, a Senhora Presidente disse: “Gostaria de, logo após essa audiência, conversar com os Pastores, pra tiramos algumas dúvidas sobre o Jesus é bom demais.” Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora



Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública, às dezenove horas e quarenta e oito minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.



VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente



EMANUEL RODRIGUES DE ARAÚJO
1º Secretário